

MOLIÈRE, CASTILHO E OS ADVOGADOS

por António de Sousa Madeira Pinto
Vice-presidente do Conselho Superior

Molière (1622-1673) foi, como é sabido, o maior poeta cómico, francês, do século XVII; criou, na sua pátria, a chamada comédia de costumes, criticando, desassombadamente, os vícios e ridículos do seu tempo, fustigando com bom senso e fugindo a mentiras os enfatuados, os pedantes, os cómicos, os boatos falsos, os médicos e os nobres.

Valeu-lhe o desassombro fartas inimizadas e, não fôra a protecção de Luís XIV, que até lhe apadrinhou uma filha, muitas das suas peças não teriam visto as luzes da ribalta.

Morreu com cinquenta e um anos e em cena, pode dizer-se. Representava-se pela quarta vez a sua comédia *Le Malade imaginaire*, estreada em 24 de Julho de 1673, em que Molière, que também era actor, desempenhava o papel de *Argan*, o principal personagem da peça, e uma sua filha, que também era, na peça, filha de *Argan*, o papel de *Angélique*.

No texto original, a peça terminava com uma cena burlesca em que se conferia o título de médico a um *quidam* qualquer, *Bachelarius*, papel também desempenhado por Molière.

Perante uma assembleia composta por oito porta-seringas, seis boticários, vinte e dois médicos e oito cirurgiões, comparecia o candidato para se apurar dos seus conhecimentos na arte de curar.

Interrogavam-no cinco médicos e, perante as respostas acertadas de *Bachelarius*, o côro proclamava-o digno de figurar entre os discípulos de Galeno.

Todos se exprimiam em latim *macarrónico*, de que dão amostra algumas saborosas passagens, que se transcrevem.

O segundo médico, p. ex., interroga o candidato, dizendo:

Demandabo tibi, docte bacheliere
 Quae sunt remedia
 Quae in maladia
 Dite hydropisia
 Convenit facere.

Ao que o interpelado respondia:

Clysterium donare
 Postea seignare
 Ensuita purgare.

E o coro logo proclamava:

Bene, bene, bene, bene respondere
 Dignus, dignus, est intrare
 In nostro docto corpore

Findo o interrogatório a contento dos examinadores, seguia-se o juramento. O presidente inteirava-se das intenções de *Bachelorius* quanto ao cumprimento dos deveres-mestres da profissão.

Inquiria, p. ex.:

Juras guardare estatuta
 Per facultatem prescripta
 Cum sensu et jugeotamento?

Ao que o candidato respondia:

Juro.

Depois de Molière, em cena, ter proferido o primeiro *Juro*, sobreveio-lhe uma comoção que ele ainda quis disfarçar, à sobreposse, com uma risada, mas que denunciava doença fatal; retirado de cena e conduzido a casa, faleceu nessa mesma noite.

Os que se julgavam atingidos pelas suas críticas jocosas — e muitos e poderosos eram — não lhe perdoaram e, por muito tempo, fez-se *perpétuo silêncio* em volta do seu nome.

Só cem anos depois (1778) a Academia resgatou a dívida da França para com Molière, elegendo-o seu sócio, a título póstumo, e colocando o seu busto na sala das sessões com esta legenda: «Rien ne manque à sa gloire; il manquait à la notre».



Molière no seu *Le Malade imaginaire* poupou os advogados — tantas vezes atacados — a críticas injustas; fez, mesmo, justiça à sua honestidade.

O personagem principal da peça, *Argan*, o doente cismático, sendo viúvo, com duas filhas do primeiro matrimónio, casou em segundas núpcias com *Béline*. Esta que, como boa madrasta, não morria de amores pelas enteadas, na mira de vir a herdar os grossos cabedais do esposo, prejudicando, embora, as duas filhas dele, não sabia que mais fingidas ternuras lhe havia de manifestar.

Argan acreditava, piamente, nas mimalhices de *Béline*, cuja insinceridade se descobre no desfecho da comédia; e ela, quando julgou chegado o momento oportuno, pôs em prática o seu plano, qual era o de levar *Argan* a instituí-la sua universal herdeira.

Aconselhou-o a ouvir um notário, que conhecia de perto, e a dar-lhe conta dos seus propósitos.

Apresentou-se, então *Mr. de Bonnefoi* e ouviu *Argan*. O caso, à face da lei, não era viável, a legítima das filhas do primeiro casamento do consulente tinha de ser respeitada. Perante as objecções do notário, *Argan* para quem o amor filial não valia grande coisa, manifestou a *Bonnefoi* o desejo de consultar o seu advogado, que sempre seria mais versado na arte de iludir a lei, pensava.

E diz ao notário: — «J'aurai envie de consulter mon avocat, pour voire comment je pourrai faire».

Responde-lhe *Bonnefoi*: «Ce n'est point à des avocats qu'il faut aller car ils sont d'ordinaire sévères là-dessus, et s'imaginent que c'est un grand crime que de disposer en fraude de la loi: ce sont des gens de difficultés, et qui sont ignorants des détours de la conscience. Il y a d'autres personnes à consulter, qui sont bien plus accommodantes, qui ont des expédients pour passer doucement par-dessus la loi, et rendre juste ce qui n'est pas permis; qui savent aplanir les difficultés

d'une affaire, et trouver les moyens d'éluder la coutume par quelque avantage indirect...».

Bonnefoi, querendo ter a primazia da manigância que daria satisfação a *Argan* e a ele permitiria recolher pingue retribuição pelo serviço, desacreditava os advogados como peritos em malas artes: gente cheia de escrúpulos, tendo por criminoso defraudar a lei, não sabendo dar *um jeito* às dificuldades; prestava, assim, indirectamente, homenagem à compostura e honestidade dos letrados.

Propor o caso a um advogado? De modo algum! Outras pessoas havia, em o número dos quais ele se contava, mais compreensivas, mestres em expedientes para saltar, a pés juntos, sobre a lei e dar forma de lícito ao que não era permitido.



O nosso Castilho traduziu, adaptando-as à cena portuguesa, nada menos de seis comédias de Molière que assim intitulou: *O Médico à força* (1869), *O Tartufo* (1870), *O Avarento* (1871), *As Sabichonas* (1872), *O Misanthropo* (1874) e *O doente de cisma* (1878).

A tradução desta última — *Le Malade imaginaire* — fê-la Castilho em verso, dedicando-a a Camilo «pela confiança da sua muita amizade», suprimindo os prólogos e os três entre-actos (*intermèdes*) dos quais o último é o do ingresso de *Bachelierius* na corporação dos médicos.

Substituíu, mesmo, por nomes ou apelidos portugueses os que Molière deu aos seus personagens: *Argan*, o doente de cisma, é Simplicio; *Béline*, segunda esposa do mesmo, Edvigés; *Bonnefoi*, o notário, Frutuoso; etc.

Mas no colóquio entre o notário e Simplicio, a respeito do testamento, quando este, vistas as objecções de Frutuoso lhe diz: «Lembra-me consultar um letrado», o notário responde-lhe:

Faça

o que mais lhe aprouver; mas olhe que a trapaça cá nisto vale pouco. Em lugar de advogados fie-se antes em nós, que andamos mais calhados, não em citar as leis torcendo-as se é preciso mas em dispor sem bulha as coisas com juizo finura e providência, a fim de que não fique sorvedeiro ou parcel que meta o barco a pique.

O cotejo do original com a tradução, aliás em excelente vernáculo, mostra que o egrégio Castilho, apartando-se na tradução do texto de Molière, não foi justo com os advogados.

Onde Molière, pela boca do notário, os tem na conta de pessoas escrupulosas, que consideram criminoso iludir a lei, desconhecedoras das artimanhas usadas para lograr tal fim — louvando-os, em última análise — Castilho considera-os trapaceiros: consulte um letrado, se quizer, mas olhe que, neste caso, a trapaça de pouco vale; capazes de deformar o sentido das leis, se for preciso: «citar as leis torcendo-as, se é preciso»; pessoas que não sabem dispor as coisas sem bulha, com juízo e previdência.

Castilho, aliás bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, traíu, na versão do texto francês, o pensamento de Molière, denegriu uma classe que o cómico francês louvou.